

SUCESSÃO E CONTINUIDADE NO MEIO RURAL: A DINÂMICA DE PERMANÊNCIA UMA ANÁLISE CONCEITUAL

SUCCESSION AND CONTINUITY IN RURAL AREAS: THE DYNAMICS OF PERMANENCE – A CONCEPTUAL ANALYSIS

SUCESIÓN Y CONTINUIDAD EN EL MEDIO RURAL: LA DINÁMICA DE LA PERMANENCIA – UN ANÁLISIS CONCEPTUAL

Larissa de Souza Zambiasi¹, Ricardo Alberti²

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3727

Recibido: 04/11/2025 | Aceptado: 05/11/2025 | Publicación en línea: 18/11/2025.

RESUMO

A sucessão e a continuidade dos empreendimentos familiares rurais configuram-se como fenômenos interdependentes e decisivos para a sustentabilidade econômica, social e cultural do meio rural brasileiro. Este estudo tem como objetivo discutir a diferença conceitual entre sucessão rural e continuidade rural, analisando como esses processos se articulam na realidade das famílias agrícolas. A pesquisa, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica e na vivência prática da autora como sucessora em uma propriedade leiteira e instrutora no programa Aprendiz Cooperativo do Campo, o que possibilitou integrar teoria e experiência empírica sobre os desafios intergeracionais no campo. Os resultados indicam que a sucessão diz respeito ao ato jurídico e administrativo de transferência da gestão ou da propriedade entre gerações, envolvendo aspectos formais e estruturais. Já a continuidade ultrapassa o campo legal, constituindo-se como um processo simbólico e cultural que assegura a preservação de valores, identidades e práticas familiares ao longo do tempo. Enquanto a sucessão busca garantir a transmissão de bens e funções, a continuidade está ligada à legitimidade da permanência no campo e à reprodução social e identitária da família rural. O estudo revela ainda que existem casos de continuidade sem sucessão formal, nos quais a participação ativa dos jovens nas decisões e nas atividades produtivas assegura a permanência da família rural, mesmo sem a transferência legal do patrimônio. Inversamente, há sucessões formalizadas que não resultam em continuidade, quando inexiste pertencimento, identidade e sustentabilidade. Dessa forma, a sucessão se mostra condição necessária, mas não suficiente, para a continuidade.

Palavras-chave: Sucessão Familiar Rural. Continuidade Familiar Rural. Agricultura Familiar. Gestão Intergeracional. Sustentabilidade Rural.

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural, Universidade de Cruz Alta, Coqueiros do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: larissasouzazambiasi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4140-2084>

² Doutor em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Sarandi, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: r-alberti@live.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5757-9274>

ABSTRACT

Succession and continuity in rural family enterprises are interdependent and decisive phenomena for the economic, social, and cultural sustainability of Brazil's rural environment. This study aims to discuss the conceptual difference between rural succession and rural continuity, analyzing how these processes are articulated in the reality of agricultural families. The research, exploratory in nature and qualitative in approach, is based on a literature review and on the author's practical experience as a successor in a dairy farm and as an instructor in the Aprendiz Cooperativo do Campo program (Sescoop/RS). This combination made it possible to integrate theory and empirical experience regarding intergenerational challenges in rural contexts. The results indicate that succession refers to the legal and administrative act of transferring management or property between generations, involving formal and structural aspects. Continuity, in turn, goes beyond the legal dimension, constituting a symbolic and cultural process that ensures the preservation of values, identities, and family practices over time. While succession seeks to guarantee the transmission of assets and responsibilities, continuity is related to the legitimacy of remaining in rural activity and to the social and identity-based reproduction of the family. The study also reveals cases of continuity without formal succession, in which the active participation of young people in decision-making and productive activities ensures the family's permanence in rural life even without the legal transfer of assets. Conversely, there are cases of formalized succession that do not result in continuity, when belonging, identity, and economic sustainability are absent. Thus, succession proves to be a necessary but not sufficient condition for continuity.

Keywords: Rural Family Succession. Rural Family Continuity. Family Farming. Intergenerational Management. Rural Sustainability.

RESUMEN

La sucesión y la continuidad de los emprendimientos familiares rurales se configuran como fenómenos interdependientes y decisivos para la sostenibilidad económica, social y cultural del medio rural brasileño. Este estudio tiene como objetivo discutir la diferencia conceptual entre sucesión rural y continuidad rural, analizando cómo estos procesos se articulan en la realidad de las familias agrícolas. La investigación, de carácter exploratorio y enfoque cualitativo, se fundamenta en una revisión bibliográfica y en la experiencia práctica de la autora como sucesora en una propiedad lechera e instructora en el programa Aprendiz Cooperativo do Campo (Sescoop/RS), lo que permitió integrar teoría y experiencia empírica sobre los desafíos intergeneracionales en el campo. Los resultados indican que la sucesión se refiere al acto jurídico y administrativo de transferencia de la gestión o de la propiedad entre generaciones, involucrando aspectos formales y estructurales. En cambio, la continuidad trasciende el ámbito legal, constituyéndose como un proceso simbólico y cultural que asegura la preservación de valores, identidades y prácticas familiares a lo largo del tiempo. Mientras la sucesión busca garantizar la transmisión de bienes y funciones, la continuidad está vinculada a la legitimidad de la permanencia en el campo y a la reproducción social e identitaria de la familia rural. El estudio también revela que existen casos de continuidad sin sucesión formal, en los cuales la participación activa de los jóvenes en las decisiones y en las actividades productivas garantiza la permanencia de la familia rural, incluso sin la transferencia legal del patrimonio. Inversamente, hay sucesiones formalizadas que no resultan en continuidad, cuando no existen sentido de pertenencia, identidad ni sostenibilidad económica. De este modo, la sucesión se muestra como una condición necesaria, pero no suficiente, para la continuidad.

Palabras clave: Sucesión Familiar Rural. Continuidad Familiar Rural. Agricultura Familiar. Gestión Intergeneracional. Sostenibilidad Rural.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A temática da sucessão dos empreendimentos familiares, especialmente no meio rural, tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos para agricultores, estudiosos e formuladores de políticas públicas. Embora a permanência das novas gerações nas atividades agropecuárias seja fundamental para garantir a sustentabilidade econômica e social do campo, o processo de sucessão familiar nem sempre ocorre de maneira natural ou planejada. Muitas vezes por que o atual gestor não quer abrir mão do poder de direcionar a propriedade rural (Breitenbach; Troian, 2020).

De acordo com Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021), a sucessão familiar na agricultura é atravessada por fenômenos como a migração rural-urbana, as desigualdades de gênero e as diferentes estratégias de políticas públicas adotadas em países da Europa, Ásia e América Latina. Tais fatores evidenciam que a dificuldade sucessória é um problema global, ainda que manifeste particularidades em cada realidade. Já Mocelin et al. (2024) destacam que, no Brasil, os principais obstáculos identificados pelos gestores rurais são a falta de interesse dos filhos pela permanência no campo e a necessidade de resultados econômicos que garantam renda satisfatória, o que conecta a sucessão diretamente ao desempenho da gestão.

Pensando nisso, emerge a necessidade de distinguir os conceitos de sucessão e continuidade, que, apesar de próximos, possuem especificidades que impactam tanto a gestão quanto a perenidade dos negócios. O conceito de continuidade extrapola o processo formal de transferência de propriedade ou gestão. A continuidade envolve manter o projeto de vida, os valores familiares e a identidade do empreendimento, garantindo que a atividade rural se sustente ao longo do tempo, ainda que com adaptações. Em contraste, a sucessão está vinculada ao ato jurídico e administrativo de transferência de comando, podendo ocorrer de forma planejada ou conflituosa (Rodrigues, 2024; Rora; Friske, 2023).

Diante dessas perspectivas, este artigo tem como objetivo discutir a diferença conceitual entre sucessão rural e continuidade rural, analisando como esses termos se articulam na realidade

das famílias rurais brasileiras. Além disso, tem como objetivos específicos: Refletir sobre os fatores que influenciam a continuidade; Apresentar os modelos de transmissão intergeracionais; Indicar possíveis desafios durante o processo de continuidade; e Discutir como indicadores de desempenho podem ser adotados para mostrar se a continuidade foi bem-sucedida.

A crescente complexidade dos processos de sucessão e continuidade nos empreendimentos familiares rurais, evidenciada por autores como Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021), Rodrigues (2024) e Vilar e Neves (2024), revela a urgência de aprofundar a compreensão conceitual e prática desses fenômenos. Enquanto a sucessão é frequentemente associada à transferência formal de gestão e patrimônio, a continuidade envolve dimensões simbólicas, afetivas e identitárias que sustentam a permanência das famílias no campo. Estudos como os de Rora e Friske (2023) e Archeto e Oliveira (2021) demonstram que fatores como pertencimento, memória coletiva, redes de apoio e planejamento sucessório influenciam diretamente a viabilidade da continuidade rural.

Além disso, os desafios intergeracionais, a resistência dos gestores em abrir mão do comando e a dificuldade dos jovens em se reconhecerem como sucessores legítimos apontam para a necessidade de modelos mais sensíveis e integrados de transmissão. Dessa forma, esse estudo apresenta uma discussão relevante e inovadora sobre como olhar para os empreendimentos rurais e aspectos relacionados a sucessão e continuidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sucessão Familiar

O que os empreendimentos familiares rurais anseiam é a perpetuidade através dos anos, por isso buscam trabalhar a sucessão familiar para que o negócio da família sobreviva geração após geração. Segundo Oliveira e Vieira Filho (2018), a sucessão representa a possibilidade de renovação da fazenda familiar, sendo a presença de um sucessor um elemento de motivação para a expansão do negócio. O mesmo autor ainda acrescenta que o “efeito sucessão” ocorre quando o dono decide ter um sucessor e realiza investimentos necessários para aumentar a renda da fazenda, de forma que ela tenha condições de sustentar uma segunda família (Oliveira; Vieira Filho, 2018).

Para Nishitsuji (2009), a sucessão sugere a substituição do criador, fundador do empreendimento, para dar prosseguimento à obra criada e gerida pelo mesmo, porém com enfoque alterado, estilos de liderança diferenciados e formação teórica e prática renovada em virtude do momento socioeconômico. Essa perspectiva reforça que a sucessão não é apenas uma transição administrativa, mas também uma transformação geracional que exige preparo, adaptação e visão estratégica.

A importância do tema se encontra na necessidade e dificuldade enfrentada no dia a dia dos agricultores, que se tornam gestores desse processo sucessório. Biff et al. (2018) destacam que são poucas as empresas familiares rurais que sobrevivem à geração seguinte, e que poucas famílias conseguem superar essa transição sem grandes danos à estrutura da empresa e da própria família.

De acordo com Moreira, Spanevello, Boscardin e Lago (2020), a sucessão perdeu o caráter de naturalidade em que “todo filho de agricultor também seria agricultor”. Os autores reforçam que a sucessão não é mais um processo automático como nas gerações passadas, e que as chances de uma propriedade garantirem a sucessão dependem de uma série de fatores externos à família e à propriedade, como políticas públicas, mercado e infraestrutura, além de fatores internos, como relações familiares, planejamento e motivação dos jovens.

Já para Savian (2011), a sucessão é entendida como um processo pelo qual é constituída uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo, assumindo o comando do estabelecimento e dando continuidade às atividades profissionais paternas, sendo os filhos dos agricultores os possíveis sucessores. Essa definição reforça a ideia de que a sucessão está diretamente ligada à permanência dos jovens no meio rural e à continuidade das práticas produtivas familiares.

Linke e Grzybovski (2016) também apontam que a sucessão é a substituição do fundador por outra pessoa, que possa dar continuidade à obra projetada, criada e gerida pelo precursor, mas com uma visão diferente e estilos de liderança alterados. Essa transição, portanto, não é apenas uma troca de nomes, mas uma reconfiguração do projeto familiar, que precisa ser conduzida com sensibilidade e planejamento.

No contexto rural, a sucessão adquire relevância particular, visto que a permanência dos jovens no campo e a continuidade da atividade produtiva são condições fundamentais para a sustentabilidade do setor agrícola. Segundo Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021), os desafios sucessórios na agricultura são influenciados por fatores como a migração rural-urbana,

a falta de atratividade do meio rural, as questões de gênero na divisão de responsabilidades e a ausência de políticas públicas específicas que incentivem a permanência das novas gerações. Isso demonstra que a sucessão não é apenas uma escolha familiar, mas também um reflexo das condições estruturais de desenvolvimento rural.

Mocelin et al. (2024), em pesquisa realizada com gestores rurais de Santa Catarina, identificaram que os maiores entraves à sucessão estão ligados ao resultado econômico dos empreendimentos e à falta de interesse dos filhos em assumir os negócios da família. Mocelin et al. (2024) apontam que cerca de 44% dos gestores não utilizam controles financeiros formais, o que compromete a gestão e, consequentemente, o processo sucessório. Esses dados reforçam a necessidade de associar a sucessão ao fortalecimento das práticas de gestão e ao uso da contabilidade como ferramenta estratégica.

Em um plano mais amplo, Rora e Friske (2023) destacam que a maioria das empresas familiares, independentemente do setor, não sobrevive à transição para a segunda geração. Para os autores, a ausência de planejamento sucessório de longo prazo é um dos principais fatores para a descontinuidade. O processo exige a preparação não apenas do sucessor, mas também da família e da própria organização, considerando que cada empresa possui suas peculiaridades e não existe um modelo universal de sucessão.

Do ponto de vista jurídico e patrimonial, Rodrigues (2024) e Vilar e Neves (2024) ressaltam a importância do planejamento sucessório formalizado como forma de evitar conflitos familiares e garantir segurança econômica. Entre os instrumentos destacados estão a utilização de holdings patrimoniais e mecanismos de proteção legal, que, além de facilitar a transferência de bens, possibilitam maior estabilidade e previsibilidade no processo sucessório. O Quadro 1 apresenta alguns dos principais conceitos de sucessão e seu enfoque.

Quadro 1 - Discussão dos conceitos de Sucessão

Conceito	Referência	Enfoque
Transferência da gestão ou propriedade de uma geração para outra.	Rora e Friske (2023).	Organizacional
Processo que envolve conflitos familiares e exige planejamento antecipado.	Rodrigues (2024).	Jurídico
Transição intergeracional marcada por fatores como migração e gênero.	Breitenbach; Corazza; Debastiani (2021).	Rural
Sucessão familiar acontece quando uma geração abre espaço para outra assumir o controle da empresa.	Nishitsuji (2009), p.19	Administração / Empresas familiares
Por sucessão entende-se a transferência do controle ou gerenciamento dos negócios e do patrimônio aos filhos sucessores	Gasson e Errington (1993)	Administração / Patrimônio

Conceito	Referência	Enfoque
ou à próxima geração.		
Sucessão garante a continuidade do projeto coletivo familiar e do nome da família.	Woortmann (1995)	Sociocultural
Criação de nova geração que assume comando da unidade de produção familiar.	Savian (2014)	Agricultura / Econômico
Sucessão significa a transferência de liderança, marcada pela interação empresa–família.	Andrade, Lima e Antonialli (2006, p. 6)	Administração / Liderança
Sucessão é um período movido por desenvolvimento constante, influenciado pelo fundador.	Andrade, Lima e Antonialli (2006, p. 7)	Psicossocial / Liderança
Sucessão é a transferência de comando ou gerenciamento do patrimônio familiar, assegurando reprodução social.	Weber et al. (2020)	Sociológico / Patrimônio rural
Sucessão como transmissão da titularidade dos bens aos herdeiros.	Madaleno (2020)	Jurídico
Sucessão familiar: passagem do controle de uma geração a outra.	Guerra (2005)	Administração
Sucessão deve ser encaminhada como processo envolvendo todas as partes interessadas.	Bernhoeft (1989)	Gestão / Processos
Sucessão envolve transferência de liderança + mudanças estratégicas, estruturais e culturais.	Silva (2019)	Estratégia / Gestão organizacional
Sucessão geracional é motivadora para a expansão do negócio.	Oliveira e Filho (2018)	Agricultura / Motivacional
Sucessão sugere substituição do fundador por sucessores com estilos adaptados ao contexto socioeconômico.	Nishitsuji (2009)	Liderança / Adaptabilidade
Sucessão familiar é a passagem da gestão do fundador para o herdeiro, impactando economia e família.	Lima (2009)	Economia / Serviço Social
Sucessão envolve ações, eventos e mecanismos organizacionais de transferência de liderança e propriedade.	Le Breton-Miller et al. (2004–2015)	Gestão organizacional
Sucessão em empresas familiares combina inovação, transferência de conhecimento e equilíbrio de capital humano.	Sardeshmukh et al. (2011–2016)	Inovação / Capital humano

Fonte: Dados de pesquisa.

A análise do Quadro 1 revela a complexidade e a diversidade de enfoques que envolvem o conceito de sucessão familiar, especialmente no contexto rural. A multiplicidade de definições e perspectivas evidencia que a sucessão não pode ser compreendida apenas como um ato pontual de transferência de gestão ou patrimônio, mas sim como um processo multifacetado que articula dimensões organizacionais, jurídicas, sociais, econômicas, culturais e psicológicas.

Autores como Rora e Friske (2023) e Guerra (2005) tratam a sucessão sob uma ótica organizacional, destacando a passagem da gestão entre gerações como um momento estratégico para a continuidade dos negócios. Essa visão é complementada por Silva (2019), que enfatiza que a sucessão envolve não apenas a transferência de liderança, mas também mudanças estruturais, culturais e estratégicas, exigindo governança e planejamento. Já Rodrigues (2024) e Madaleno (2020) abordam o tema a partir do campo jurídico, ressaltando a importância de instrumentos

legais — como holdings patrimoniais e seguros — para garantir segurança e reduzir conflitos familiares durante o processo sucessório.

No enfoque rural, Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) ampliam a discussão ao considerar fatores estruturais como migração, gênero e políticas públicas, que influenciam diretamente a viabilidade da sucessão nas propriedades agrícolas. Essa perspectiva é reforçada por Savian (2014) e Oliveira e Filho (2018), que associam a sucessão à motivação dos jovens para permanecerem no campo e à expansão dos negócios familiares, evidenciando o papel da sucessão como motor de desenvolvimento econômico.

A dimensão sociocultural também se destaca com autores como Woortmann (1995) e Weber et al. (2020), que apontam a sucessão como mecanismo de reprodução social e preservação do projeto coletivo familiar. Nessa linha, Nishitsuji (2009) e Andrade, Lima e Antonialli (2006) discutem a sucessão como um processo de substituição do fundador, marcado por estilos de liderança adaptados ao contexto socioeconômico e por desenvolvimento constante influenciado pela figura do predecessor.

Além disso, autores como Le Breton-Miller et al. (2004–2015) e Sardeshmukh et al. (2011–2016) trazem contribuições da gestão organizacional e da inovação, destacando que a sucessão bem-sucedida depende da transferência de conhecimento, da valorização do capital humano e do equilíbrio entre tradição e renovação. Essa abordagem dialoga com Bernhoeft (1989), que defende que a sucessão deve ser conduzida como um processo que envolve todas as partes interessadas, com foco na continuidade e na sustentabilidade do negócio.

Assim, observa-se que a sucessão é um conceito multifacetado: no meio rural, envolve a permanência da família no campo e a viabilidade econômica da atividade; no meio empresarial, relaciona-se à governança e à continuidade organizacional; no âmbito jurídico, conecta-se à preservação patrimonial e à redução de conflitos. Em todos esses cenários, o planejamento antecipado surge como elemento-chave para transformar a sucessão em um processo estruturado, capaz de favorecer a continuidade do empreendimento familiar ao longo das gerações.

Continuidade

A continuidade dos empreendimentos familiares, especialmente no meio rural, exige mais do que a simples transferência de bens ou cargos, como é na sucessão, ela demanda diálogo, planejamento e construção coletiva entre gerações. Para que o negócio da família se perpetue, é

fundamental que o tema esteja em pauta dentro da própria família, permitindo o desenvolvimento de lideranças para a próxima geração — o que constitui um dos pilares da boa governança nas empresas familiares. Essa governança não se limita ao controle formal, mas envolve valores, práticas e vínculos que sustentam o projeto familiar ao longo do tempo.

Como destaca Rambaud (1982 apud Wanderley, 2023), os trabalhadores da terra constroem suas iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos, resistindo às formas de dominação política e econômica. Essa afirmação reforça que a continuidade não é apenas uma questão técnica, mas também simbólica e política, enraizada na identidade dos sujeitos e na luta pela permanência. Breitenbach e Troian (2020) apontam que a reprodução do estabelecimento e da família ocorre pelo interesse do possível sucessor, sendo a sucessão o mecanismo que viabiliza a continuidade das funções produtivas e sociais dos empreendimentos e das comunidades rurais.

Para os filhos, a continuidade da profissão de agricultor foi historicamente percebida como uma obrigação moral, vinculada ao cuidado dos pais na velhice e à preservação do legado familiar (Boscardin; Conterato, 2017). Os pais, por sua vez, demonstram o desejo de ver a propriedade mantida por algum dos filhos, motivados pelo apego emocional ao que foi construído (Alberti, 2025). No entanto, esse desejo muitas vezes entra em conflito com as aspirações profissionais e financeiras dos filhos, que priorizam sua realização pessoal, mesmo que isso implique o abandono da atividade agrícola.

Gasson e Errington (1993) afirmam que a transmissão do patrimônio e da gestão da propriedade é vital para garantir a continuidade da atividade rural. A sucessão, nesse contexto, representa a transferência do controle à próxima geração, estando estreitamente ligada à reprodução intergeracional. Spanevello, Drebes e Lago (2011) complementam que, tradicionalmente, esse modelo se dá pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, obedecendo a uma organização familiar marcada pela autoridade paterna.

Contudo, a continuidade vai além da sucessão formal. Ela envolve a capacidade de preservar valores, práticas e identidades, mantendo o negócio em funcionamento e adaptando-o às novas realidades. Rora e Friske (2023) destacam que a continuidade requer uma visão de longo prazo, capaz de alinhar os objetivos da família, da propriedade e do empreendimento. Isso inclui estratégias de gestão, inovação e governança que assegurem a longevidade da organização.

No meio rural, essa continuidade está diretamente relacionada à permanência das novas gerações no campo. Mocelin et al. (2024) mostram que os filhos permanecem não apenas por

herança, mas pela possibilidade de exercerem uma vocação ligada à agricultura e se tornarem donos do próprio negócio. Isso revela que a continuidade depende de fatores subjetivos — como identidade e pertencimento — e objetivos, como a rentabilidade da propriedade.

Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021), ao analisarem experiências internacionais, reforçam que a continuidade exige condições estruturais de permanência, como políticas públicas voltadas aos jovens agricultores, redução das desigualdades de gênero e acesso à modernização tecnológica. Assim, a continuidade extrapola a esfera familiar, conectando-se a dimensões sociais e institucionais que moldam o futuro da agricultura.

No plano organizacional, Rodrigues (2024) e Vilar e Neves (2024) apontam que instrumentos de planejamento sucessório — como a criação de holdings familiares — podem favorecer a continuidade, prevenindo disputas e promovendo estabilidade patrimonial. Tais mecanismos permitem que a empresa familiar mantenha seu funcionamento de forma estruturada, mesmo após a saída do fundador, garantindo a perenidade do negócio.

Portanto, enquanto a sucessão diz respeito ao ato de transferência da gestão ou da propriedade, a continuidade representa o processo de manter vivo o empreendimento, ressignificando valores e adaptando estratégias para enfrentar novos contextos. A continuidade só é viabilizada quando é acompanhada de planejamento, governança e alinhamento de expectativas, constituindo-se como o verdadeiro indicador da longevidade das organizações familiares. O Quadro 2 apresenta alguns conceitos sobre continuidade.

Quadro 2 - Discussão dos conceitos de Continuidade

Conceito	Referência	Enfoque
Preservação de valores, práticas e identidade do empreendimento ao longo das gerações.	Rora; Friske (2023)	Organizacional
Permanência dos jovens no campo associada à vocação e atratividade da atividade rural.	Mocelin et al. (2024)	Rural
Estratégia de manutenção da empresa por meio de instrumentos jurídicos, como holdings.	Vilar; Neves (2024)	Jurídica
Continuidade da agricultura familiar depende de fatores socioeconômicos, educação, lazer, crédito e políticas públicas.	Nishitsuji (2009), p.13	Sociologia / Agricultura
Realidade vivida pelas famílias rurais (educação, renda, saúde, lazer) determina permanência dos jovens no campo.	Weber et al. (2020)	Sociologia rural
Pais desejam continuidade da propriedade por filhos devido ao apego emocional.	Boscardin e Conterato (2017)	Sociocultural
Dinâmica familiar é essencial, conciliando lógica empresarial com valores e cultura familiares.	Dyer Junior (1988)	Sociocultural / Gestão
Fazendas familiares devem ser administradas tendo em vista a continuidade da história familiar, não perdendo o foco da propriedade como uma empresa.	Oliveira e Filho (2018)	Gestão / Estratégia

Conceito	Referência	Enfoque
Preservar a família como unidade de identificação é central para garantir continuidade e legitimidade. Continuidade das empresas familiares tem valor simbólico ligado à memória e às gerações passadas. Formação de grande família corresponde à continuidade como unidade coletiva enraizada em símbolos.	Lima (2003)	Sociocultural/Cultural / Identitário

Fonte: Dados de pesquisa.

A análise do Quadro 2 revela que o conceito de continuidade nos empreendimentos familiares, especialmente no meio rural, é multifacetado e profundamente enraizado em dimensões que vão muito além da gestão patrimonial. Ao contrário da sucessão, que tende a ser compreendida como um processo jurídico-administrativo de transferência de comando, a continuidade envolve a preservação de valores, práticas, identidades e vínculos afetivos que sustentam o projeto familiar ao longo das gerações.

No enfoque organizacional, Rora e Friske (2023) destacam que a continuidade está diretamente ligada à preservação da identidade do empreendimento, exigindo estratégias de longo prazo que alinhem os objetivos da família com os da empresa. Essa visão é complementada por Vilar e Neves (2024), que abordam a continuidade sob o prisma jurídico, sugerindo instrumentos como holdings patrimoniais para garantir estabilidade e evitar disputas familiares, reforçando que a continuidade também depende de estruturas formais bem planejadas.

No campo rural, Mocelin et al. (2024) apontam que a permanência dos jovens no campo está associada à vocação e à atratividade da atividade agrícola, o que indica que a continuidade não se dá apenas por herança, mas pela identificação com o modo de vida rural. Essa perspectiva é aprofundada por Nishitsuji (2009) e Weber et al. (2020), que enfatizam que fatores como educação, renda, lazer, saúde e políticas públicas são determinantes para que os jovens permaneçam no campo, evidenciando o papel das condições socioeconômicas e estruturais na viabilidade da continuidade.

A dimensão sociocultural é amplamente explorada por autores como Boscardin e Conterato (2017), que mostram que o desejo dos pais pela continuidade da propriedade está ligado ao apego emocional e à valorização do que foi construído pela família. Dyer Junior (1988) reforça que a dinâmica familiar é essencial nesse processo, sendo necessário conciliar a lógica empresarial com os valores e a cultura familiar. Já Oliveira e Filho (2018) trazem uma abordagem psicossocial, ao afirmar que a decisão do sucessor representa não apenas um compromisso

profissional, mas também um vínculo com a história familiar, e que a administração das fazendas como empresas é fundamental para garantir sua continuidade.

Lima (2003) oferece uma contribuição abrangente e profunda, abordando a continuidade sob múltiplos enfoques: simbólico, cultural, identitário e histórico. Para o autor, preservar a família como unidade de identificação é central para garantir legitimidade e continuidade. A memória familiar, as tradições, o percurso dos fundadores e o senso de pertencimento são elementos que inspiram os descendentes a manter vivo o espírito empreendedor e a dar continuidade ao projeto coletivo.

No contexto da vida dos produtores rurais, essa relação ganha ainda mais relevância. A sucessão, muitas vezes, é um momento de tensão, marcado por negociações entre gerações e pela necessidade de conciliar inovação com tradição. Já a continuidade traduz o sucesso desse processo, refletido na permanência da família no campo, na manutenção da propriedade rural e na preservação da identidade agrícola. Assim, compreender a distinção e a complementaridade entre sucessão e continuidade é essencial para desenvolver políticas públicas, estratégias de gestão e práticas familiares que assegurem a sustentabilidade da agricultura familiar no longo prazo.

MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, voltada à compreensão dos significados atribuídos à sucessão e à continuidade familiar no meio rural. Conforme Köche (2013), a abordagem exploratória permite identificar a natureza de fenômenos pouco conhecidos ou complexos, como os vínculos afetivos, simbólicos e intergeracionais que atravessam os processos de permanência no campo.

A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, conforme definição de Marconi e Lakatos (2017), que abrange obras já publicadas sobre o tema — incluindo livros, artigos científicos, periódicos técnicos e documentos institucionais. A seleção das fontes priorizou estudos que abordam juventude rural, identidade territorial, sucessão familiar e dinâmicas intergeracionais, como os trabalhos de Rodrigues (2024), Vilar e Neves (2024), Breitenbach et al. (2021), entre outros.

Além da revisão teórica, a pesquisa incorpora uma perspectiva vivencial, uma vez que a primeira autora é sucessora familiar em uma propriedade leiteira no interior do Rio Grande do

Sul. Sua atuação como instrutora no programa Aprendiz Cooperativo do Campo (Sescoop/RS) permite o contato direto com jovens rurais em processo de formação e sucessão, enriquecendo a análise com observações empíricas e experiências compartilhadas.

Essa vivência foi mobilizada como elemento reflexivo, contribuindo para a identificação de tipologias de sucessão, tensões intergeracionais, indicadores de continuidade bem-sucedida e fatores que influenciam a permanência dos jovens no campo. A metodologia, portanto, articula teoria e prática, permitindo uma leitura ampliada e sensível dos fenômenos estudados.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Percepções sobre Sucessão e Continuidade

A partir da revisão bibliográfica e da vivência prática, observa-se que os conceitos de sucessão e continuidade aparecem frequentemente entrelaçados nos estudos sobre empreendimentos familiares rurais, mas possuem nuances distintas. De modo geral, a sucessão é associada à transferência da gestão ou da propriedade entre gerações, enquanto a continuidade remete à preservação da identidade, dos valores e do projeto familiar ao longo do tempo.

Diversos autores exploram a sucessão como um processo necessário para a renovação das propriedades familiares. Oliveira e Vieira Filho (2018) entendem-na como possibilidade de expansão dos negócios, estimulada pela presença de um sucessor. Nishitsuji (2009) complementa essa visão ao afirmar que a sucessão envolve a substituição do fundador, permitindo a adaptação a novos estilos de liderança e às transformações do contexto socioeconômico. Savian (2011) acrescenta que a sucessão deve ser compreendida como a constituição de uma nova geração no campo, composta por filhos de agricultores que assumem as atividades paternas e o comando do estabelecimento.

Enquanto a sucessão costuma enfatizar o aspecto técnico, jurídico e administrativo da transmissão de patrimônio e funções (Rodrigues, 2024; Vilar; Neves, 2024), a continuidade é vista como fenômeno mais amplo, que envolve pertencimento, memória e vínculos afetivos (Boscardin; Conterato, 2017; Lima, 2003). Nesse sentido, Matte e Machado (2017) destacam que, por trás da presença de um sucessor, reside a continuidade do projeto coletivo familiar, do estabelecimento e do nome da família.

A continuidade ultrapassa o campo econômico, assumindo forte carga simbólica e cultural. Oliveira e Filho (2018) apontam que, da perspectiva dos sucessores, a decisão de permanecer no empreendimento familiar é também uma opção identitária, vinculada à preservação da história e da memória da família. Lima (2003) reforça essa visão ao mostrar como tradições familiares e a paixão pelo legado herdado conferem um sentido de unidade que se perpetua ao longo das gerações.

Estudos recentes aprofundam essa diferenciação. Rora e Friske (2023) compreendem a sucessão como a transferência formal de gestão e propriedade, mas vinculam a continuidade à preservação da identidade organizacional. Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) evidenciam que fatores como migração e gênero influenciam a sucessão, enquanto a continuidade é valorizada quando associada à autonomia e à possibilidade de inovação dos jovens rurais. Forneck, Mayer e Kern (2022) acrescentam que o êxito da continuidade depende da articulação entre tradição e capacidade de adaptação às transformações socioeconômicas. Archeto e Oliveira (2021), por sua vez, destacam que a relação com o território e com os afetos familiares é central para compreender a permanência dos descendentes no campo.

Assim, pode-se afirmar que a sucessão é condição necessária, mas não suficiente para a continuidade. A sucessão garante a transmissão de papéis, direitos e responsabilidades; já a continuidade assegura a preservação da identidade familiar, do vínculo comunitário e do legado cultural. No contexto dos produtores rurais, a integração equilibrada desses dois processos é fundamental para que as propriedades mantenham sua função econômica, social e simbólica ao longo das gerações.

Fatores que Influenciam a Continuidade Familiar

A continuidade dos empreendimentos familiares, especialmente no contexto rural, é resultado da interação entre fatores emocionais, econômicos, sociais e organizacionais, que vão além da simples sucessão patrimonial ou gerencial. Entre os fatores mais relevantes para a continuidade familiar estão os vínculos afetivos que unem as famílias às suas propriedades. O sentimento de pertencimento à terra transcende a noção de posse, configurando-se como uma conexão simbólica construída ao longo das gerações, sustentada por memórias, narrativas e práticas cotidianas. Archeto e Oliveira (2021) demonstram que o vínculo emocional com a

propriedade rural constitui um dos principais motivadores para a permanência dos jovens no campo.

Além disso, Rodrigues (2024) ressalta que o legado familiar não se limita à dimensão produtiva, mas envolve valores culturais e éticos transmitidos entre gerações, como solidariedade, respeito à natureza e autonomia, os quais servem como motivação para dar continuidade ao projeto coletivo. Boscardin e Conterato (2017) confirmam que muitos pais desejam ver a propriedade mantida por um dos filhos, movidos pelo apego emocional ao patrimônio construído.

A continuidade não se sustenta apenas em vínculos afetivos; depende da viabilidade econômica da propriedade. Sem acesso a crédito, assistência técnica e mercados estáveis, a permanência dos jovens agricultores torna-se frágil. Vilar e Neves (2024) mostram que instrumentos de planejamento, como holdings patrimoniais, aliados a políticas públicas de incentivo, são essenciais para garantir segurança financeira e jurídica às famílias rurais.

Nesse sentido, Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) destacam a importância da diversificação produtiva e do uso de tecnologias apropriadas para ampliar a sustentabilidade econômica. Eles ressaltam também a valorização dos produtos locais e o fortalecimento das cadeias curtas de comercialização como caminhos promissores para viabilizar a continuidade.

Mocelin et al. (2024) reforçam essa perspectiva ao mostrar que a permanência das novas gerações não ocorre apenas pela herança, mas pela possibilidade de exercerem uma vocação agrícola capaz de gerar autonomia econômica. A continuidade, portanto, depende tanto de fatores subjetivos — como identidade e pertencimento — quanto de fatores objetivos, como rentabilidade e estabilidade da atividade.

Os fatores sociais também influenciam de forma significativa a continuidade familiar. Rora e Friske (2023) destacam que o gênero é um elemento central nesse processo, pois as jovens rurais enfrentam barreiras culturais e simbólicas para se afirmarem como sucessoras legítimas, apesar de sua participação ativa na gestão produtiva.

A escolaridade apresenta um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que amplia horizontes e contribui para uma gestão mais eficiente, pode afastar os jovens do campo caso não existam perspectivas de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Spanevello, Drebes e Lago (2011) lembram que, tradicionalmente, a sucessão se dava pela permanência de um dos filhos na propriedade, em um modelo marcado pela autoridade paterna — cenário que vem se transformando diante de novas demandas sociais e educacionais.

Outro fator determinante são as redes de apoio comunitário. Mocelin et al. (2024) ressaltam que grupos de jovens, associações, cooperativas e demais espaços coletivos funcionam como suporte emocional e técnico para que os descendentes percebam a permanência no campo como uma opção viável. Nesse mesmo sentido, Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) evidenciam que a continuidade extrapola a esfera familiar, conectando-se a políticas públicas e a condições estruturais mais amplas, como acesso à tecnologia e redução das desigualdades sociais.

Experiências de Continuidade sem Sucessão Formal

A continuidade dos empreendimentos familiares não depende exclusivamente da formalização da sucessão patrimonial. Em diversos contextos, observa-se que a transmissão de valores, práticas e responsabilidades pode ocorrer sem que haja a transferência legal da propriedade ou a oficialização da gestão. Nesses casos, a continuidade se estabelece pela participação ativa dos filhos nas atividades produtivas, pela tomada de decisões conjuntas e pelo envolvimento com a comunidade rural, configurando uma forma de continuidade prática e simbólica (Breitenbach; Corazza; Debastiani, 2021).

Essas experiências revelam que, muitas vezes, o vínculo afetivo com a terra e com o modo de vida rural se sobrepõe ao vínculo jurídico. A identidade dos jovens agricultores é construída pela prática cotidiana, pela convivência intergeracional e pela transmissão de saberes, ainda que a propriedade não esteja legalmente em seu nome. Archeto e Oliveira (2021) reforçam esse entendimento ao destacar que o reconhecimento simbólico dos jovens como sucessores — tanto pela família quanto pela comunidade — pode ser mais relevante para a continuidade do que o ato formal de sucessão.

Contudo, a literatura também mostra que há situações em que a sucessão formal é realizada, mas a continuidade não se sustenta. Esse cenário ocorre quando os herdeiros não se identificam com o projeto familiar, ou quando conflitos intergeracionais fragilizam os vínculos de pertencimento. Rora e Friske (2023) apontam que, em muitos casos, os jovens assumem a propriedade por obrigação ou pressão familiar, mas acabam abandonando o campo devido à ausência de perspectivas de crescimento, falta de apoio institucional e carência de reconhecimento social.

Além disso, Mocelin et al. (2024) ressaltam que a continuidade está fortemente relacionada ao sentimento de vocação e à percepção de autonomia dos jovens agricultores.

Quando esses fatores não estão presentes, a sucessão legal tende a ser insuficiente para assegurar a permanência. Isso evidencia que a continuidade não pode ser reduzida a um ato jurídico ou administrativo, mas deve ser compreendida como um processo dinâmico, construído pela interação entre identidade, pertencimento e condições estruturais de permanência.

Assim, pode-se concluir que existem experiências de continuidade sem sucessão formal, assim como casos de sucessão sem continuidade. A diferença entre esses dois cenários reside no equilíbrio entre dimensão legal, afetiva e social do processo. A longevidade dos empreendimentos familiares depende, portanto, de uma sucessão que não seja apenas formal, mas que seja acompanhada da construção de sentido e pertencimento por parte das novas gerações.

Desafios e Tensões no Processo de Continuidade

O processo de continuidade nos empreendimentos familiares rurais é marcado por múltiplos desafios e tensões que emergem da interação entre gerações, expectativas individuais e coletivas, além das condições estruturais que moldam a vida no campo. As divergências intergeracionais configuram-se como um dos principais obstáculos à continuidade familiar. Enquanto os pais tendem a valorizar a tradição, a estabilidade e a manutenção de práticas consolidadas, os filhos frequentemente reivindicam autonomia, inovação e reconhecimento em seu papel dentro da propriedade. Rodrigues (2024) observa que os jovens enfrentam resistência ao propor mudanças na gestão, como a introdução de tecnologias ou a diversificação produtiva. Vilar e Neves (2024) acrescentam que tais divergências ultrapassam o plano técnico, envolvendo visões distintas sobre o significado de “ser agricultor” e “pertencer à terra”.

Outro fator recorrente é a dificuldade dos pais em abrir mão de parte do controle da propriedade. Muitos mantêm a gestão até idades avançadas, movidos por insegurança econômica, medo da perda de relevância social ou apego emocional à terra. Archeto e Oliveira (2021) caracterizam esse fenômeno como uma “retenção simbólica”, em que a terra representa não apenas um patrimônio material, mas também identidade e poder.

Nessa perspectiva, a sucessão é muitas vezes percebida como ameaça à autonomia dos pais, e não como uma transição natural. Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) apontam que a resistência pode ser minimizada por meio de processos de sucessão planejada, que favoreçam a construção conjunta de estratégias, o reconhecimento mútuo de saberes e a gradual transferência de responsabilidades.

Do lado dos sucessores em potencial, observa-se igualmente a presença de barreiras. Muitos jovens não se sentem legitimados a ocupar o lugar de gestores, seja pela ausência de reconhecimento familiar, seja pela falta de perspectivas de autonomia econômica e social. Rora e Friske (2023) destacam que essa dificuldade é ainda mais acentuada no caso das mulheres, que enfrentam barreiras simbólicas e estigmas de gênero, sendo frequentemente excluídas de processos decisórios.

A escolaridade também desempenha papel ambíguo nesse processo. Embora abra horizontes e amplie a capacidade de gestão, pode gerar distanciamento simbólico do campo, levando os jovens a não se identificarem com o projeto rural da família. Nesse contexto, a análise de Mocelin et al. (2024) sobre vulnerabilidades emocionais em situações de estresse social é elucidativa: a ausência de validação e pertencimento pode provocar insegurança, desmotivação e até abandono de trajetórias que, em outros cenários, poderiam ser promissoras.

Indicadores de Continuidade Bem-Sucedida

A continuidade bem-sucedida nos empreendimentos familiares rurais manifesta-se na capacidade das famílias de preservar práticas, adaptar-se às transformações do meio e assegurar a participação das novas gerações. A manutenção de práticas produtivas vinculadas à história familiar e ao território é um dos principais indicadores de continuidade. Essas práticas ultrapassam a dimensão técnica, carregando significados culturais relacionados à forma de plantar, colher, celebrar e se relacionar com a terra. Archeto e Oliveira (2021) destacam que a valorização de saberes tradicionais, como o uso de sementes crioulas, o manejo agroecológico e os rituais familiares, fortalece a permanência dos jovens no campo, funcionando como resistência cultural frente à homogeneização imposta pelo agronegócio.

De modo semelhante, Breitenbach, Corazza e Debastiani (2021) observam que a preservação das práticas locais reforça a identidade dos jovens, criando sentimento de orgulho e pertencimento às suas raízes. Assim, a continuidade é sustentada tanto pela reprodução de técnicas quanto pela transmissão simbólica de valores.

Outro indicador central é a capacidade das famílias de incorporar inovações sem romper com os valores herdados. A continuidade, nesse caso, não implica a repetição exata do passado, mas sua reinvenção em novas condições sociais e econômicas. Vilar e Neves (2024) argumentam que jovens que introduzem formas de comercialização inovadoras, gestão digital ou práticas

sustentáveis mantêm a continuidade do projeto familiar, desde que fundamentados nos valores de cooperação, autonomia e respeito à natureza.

Rodrigues (2024) reforça essa perspectiva ao demonstrar que a inovação, quando enraizada na história familiar, fortalece o legado e contribui para a sustentabilidade intergeracional. Portanto, a adoção de tecnologias compatíveis com os princípios familiares constitui um importante indicador de continuidade.

A participação efetiva dos jovens é um dos indicadores mais visíveis de continuidade bem-sucedida. Essa participação vai além da execução de tarefas operacionais, abrangendo a tomada de decisões estratégicas, o planejamento da produção, o diálogo com instituições e a articulação em redes comunitárias.

Rora e Friske (2023) destacam que os jovens que encontram espaço para criar, liderar e serem reconhecidos pela família e pela comunidade têm maiores chances de permanecer no campo e de perpetuar o projeto familiar. A legitimidade como sucessores, portanto, não decorre apenas da herança formal, mas da atuação concreta e do envolvimento afetivo.

Nesse sentido, Mocelin et al. (2024) ressaltam que a participação juvenil está diretamente ligada ao acesso a redes de apoio, como cooperativas e associações, que funcionam como suporte técnico e emocional para que os jovens se vejam como protagonistas de um processo de continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo discutir a diferença conceitual entre sucessão rural e continuidade rural, analisando como esses termos se articulam na realidade das famílias rurais brasileiras. A análise desenvolvida neste estudo demonstrou que os conceitos de sucessão e continuidade, embora frequentemente tratados de forma complementar na literatura, possuem naturezas distintas e interdependentes. A sucessão, de caráter predominantemente jurídico, administrativo e patrimonial, representa o ato de transferência da gestão ou da propriedade para as novas gerações, assegurando a transmissão formal das responsabilidades do empreendimento. Já a continuidade extrapola esses limites, manifestando-se como um processo dinâmico e simbólico, que preserva valores, práticas, identidades e vínculos afetivos, garantindo a longevidade e a legitimidade das propriedades familiares rurais.

Os resultados evidenciam que a continuidade bem-sucedida depende da articulação de múltiplos fatores. Elementos emocionais, como pertencimento, memória e legado, constituem a base simbólica que sustenta o vínculo dos jovens com o território e a história familiar. Ao mesmo tempo, aspectos econômicos — como a viabilidade da propriedade, o acesso a crédito e o apoio de políticas públicas — determinam as condições objetivas de permanência no campo. Questões sociais, como gênero, escolaridade e redes de apoio comunitário, também exercem influência significativa, moldando as oportunidades e desafios enfrentados pelas novas gerações.

A pesquisa demonstrou ainda que a continuidade pode ocorrer mesmo sem a formalização da sucessão, quando jovens assumem protagonismo nas decisões e na gestão da propriedade, motivados por laços identitários e reconhecimento comunitário. Por outro lado, a sucessão formal não garante, por si só, a continuidade, especialmente em contextos onde inexiste pertencimento ou viabilidade econômica, o que pode resultar no abandono da atividade agrícola. Nesse sentido, experiências nacionais e internacionais revelam que a continuidade exige não apenas a transmissão de bens, mas sobretudo a preservação e reinvenção do projeto coletivo familiar.

Outro aspecto relevante identificado foi a presença de desafios e tensões intergeracionais. Conflitos entre pais e filhos em torno de estilos de gestão, resistência dos mais velhos em ceder espaço e dificuldades dos jovens em se projetarem como sucessores legítimos configuram barreiras recorrentes ao processo de continuidade. A superação dessas tensões passa pelo diálogo, pelo planejamento sucessório estruturado e pela valorização mútua das contribuições de cada geração.

Por fim, este estudo mostrou que os indicadores de continuidade bem-sucedida não se restringem à manutenção do patrimônio, mas incluem a preservação de práticas culturais e produtivas, a adaptação tecnológica enraizada nos valores familiares e a participação ativa dos jovens na gestão. Tais indicadores confirmam que a continuidade é menos um ponto de chegada e mais um processo em constante construção, que exige alinhamento entre tradição e inovação, entre o legado herdado e as novas demandas sociais e econômicas.

Estudos futuros podem desenvolver estudos empíricos, que podem ser desenvolvidos junto a cooperativas agropecuárias que tenham interesse no tema. Dessa forma, entende-se que a sucessão garante a transmissão formal dos papéis, mas somente a continuidade assegura a permanência simbólica, cultural e identitária da família no campo.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Ricardo. **Respeito organizacional: desvendando a relação entre cooperativas de crédito e a agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Tese. 295f. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2025.
- ARCHETO, Bianca Olini; OLIVEIRA, Fabiano de. **Processos de sucessão familiar em organizações agroindustriais da região Sudoeste do Paraná: principais fontes de conflito**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.
- BIFF, Cristiane; DALEASTE, Juliano Corrêa; CAMARGO, Tiago Francisco de; CAMARGO, Ana Andressa de; PEREIRA, Douglas Balduino. (In)existência do planejamento de sucessão em empresas familiares rurais do município de Chapecó/SC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1295-1318, jul./set. 2018.
- BOSCARDIN, Mariele; CONTERATO, Marcelo Antonio. **As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul**. [S.l.: s.n.], [20--].
- BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela; DEBASTIANI, Lucas. Sucessão familiar na agricultura: cenário internacional. **Interdisciplina**, Cidade do México, v. 9, n. 25, p. 115-138, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22201/ceiich.24485705e.2021.25.79969>.
- BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2020.
- FORNECK, Viviane; MAYER, Ana Paula; KERN, Dirceu. **Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. Editora Oikos, São Leopoldo, 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LIMA, Maria Antônia Pedroso de. **Grandes famílias, grandes empresas**. Lisboa: Etnográfica Press, 2003. p. 117-169. Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/2844>. Acesso em: 2 set. 2025.
- LINKE, Vinícius Brondani; GRZYBOVSKI, Denize. **Aprendizagem nos estudos sobre empresa familiar no contexto brasileiro**. [S.l.]: [s.n.], 2016.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MOCELIN, Janaine Vitória et al. Sucessão familiar rural: desafios na percepção dos gestores rurais. **ABCustos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 127-154, maio/ago. 2024.

MOREIRA, Sandro da Luz; SPANEVELLO, Rosani Marisa; BOSCARDIN, Mariele; LAGO, Adriano. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 28, n. 2, p. 413-433, jun./set. 2020.

NISHITSUJI, Denny Amari. **O processo da sucessão em organizações familiares na microrregião de Cornélio Procopio**. [S.l.]: [s.n.], 2009.

OLIVEIRA, Walber Machado de; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8358>. Acesso em: 2 set. 2025.

PICCOLI, Elias Rubens et al. Empresas familiares: um estudo sobre sucessão e continuidade. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/152>. Acesso em: 2 set. 2025.

RODRIGUES, Anerci Leandro. A contratação do seguro para a proteção patrimonial no planejamento sucessório familiar: holding familiar. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, Goiatuba, v. 5, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i4.4943>.

RORA, Cíntia Vitória Panucci; FRISKE, Hadassa Landherr. Sucessão familiar e a importância do planejamento sucessório. **Revista de Psicologia**, v. 17, n. 66, p. 1-11, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v17i66.3780>.

SAVIAN, Moisés. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta-SC**. [S.l.]: [s.n.], 2011.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. **A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural**. [S.l.]: [s.n.], 2011.

VILAR, Enzo Sarolli; NEVES, Antonella Marques. O planejamento sucessório na empresa familiar: a holding patrimonial familiar como alternativa ao processo de inventário judicial. **Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel – REBEIS**, Cascavel, v. 1, n. 7, 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 2 set. 2025.